

AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DO ESCRAVO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL**THE FORMS OF RESISTANCE OF THE SLAVE TO SLAVERY IN BRAZIL**

Maurineide Alves da Silva
Doutora em História Cultural pela UNB-Brasília
maurineidealves@yahoo.com.br

Eliete Cristina Oliveira de Paula
Curso de História da Universidade Estadual de Goiás
elietecristina.love@gmail.com

114

Resumo: Este artigo no qual discutimos as formas de resistência do escravo: a escravidão no Brasil, objetivou analisar a situação do escravo não como vítima, mas como protagonista de várias formas de resistência. O estudo de abordagem qualitativa, parte da revisão de literatura e se justifica por compreender que é uma temática necessária no estudo da história, vez que tem-se na historiografia brasileira uma percepção do negro apenas como vítima de um processo de exploração, cabendo portanto, discutir outro viés, no qual o negro também é visto como protagonista das relações sociais, manifestando resistência à dominação do colonizador.

Palavras-chave: Brasil. Escravidão. Resistência.

Abstract: This paper we discuss the forms of resistance of the slave: slavery in Brazil, aimed to analyze the situation of the slave not as a victim, but as protagonist of various forms of resistance. The study of qualitative approach, part of the literature review and is justified by understanding that it is a necessary theme in the study of history, since the Brazilian historiography has a perception of black only as a victim of an exploration process. Therefore, discuss another bias, in which the black has seen as protagonist of social relations, manifesting resistance to the domination of the colonizer.

Keywords: Brazil. Slavery. Resistance.

1 As formas de resistência do escravo à escravidão

O objetivo do artigo é mostrar as formas de resistências desenvolvidas pelos escravizados mediante aos seus senhores. A rebeldia caracterizou diversos grupos de escravos no Brasil e em toda a América, mas a historiografia tradicional construiu a imagem de um escravo resignado e conformado diante de sua situação. É nosso objetivo apresentar uma versão que devolva a esse grupo oprimido a posição

Building the way

de sujeitos históricos que lutaram contra seus opressores, ressaltando, portanto, sua força e seu protagonismo na História.

Mott (1988) ressalta que a resistência vem desde o tráfico negreiro e cita um exemplo ocorrido no século XVIII, “o suicídio de 14 escravas, que em 1774 estavam sendo transportadas no navio negreiro Soleil” (1988, p.28-29). Os escravos desenvolveram diversas formas de se opor ao poder senhorial, um deles é o suicídio. Os senhores já esperavam os escravos com a ideia de que enfrentariam rebeldia. Acreditavam que esses escravos eram rebeldes não somente por natureza, mas também porque eram preguiçosos, ignorantes e incompetentes e com dificuldades de desenvolver algumas funções.

No período da escravidão viam a figura do escravo como preguiçoso ou fujão de suas responsabilidades, quando essa era uma das formas de resistir à escravidão. Várias foram as formas de resistência, desde a não realização do trabalho de acordo com as ordens do senhor até a fuga da fazenda. Quando os escravos conseguiam fugir eram perseguidos pelo capitão-do-mato ou até mesmo por pessoas que se ofereciam para recapturar, pois os mesmos seriam recompensados por concluir essa função.

Quando um escravo não era encontrado, os seus donos iam até os jornais e divulgavam folhetins com suas características, o que ajudava na recaptura. Por receio de fugir e ser castigado das formas mais violentas possíveis, alguns optaram pelo suicídio como a forma mais extrema de se livrar da escravidão. O que era uma forma de resistência também, já que, dessa forma, não seriam mais propriedade do senhor. Com menos escravos os serviços ficavam cada vez difíceis de serem realizados e concluídos. Quando o escravo era encontrado, sofria as mais grandiosas restrições, apanhava no tronco, usava máscara de flandres para o mesmo não se alimentar, eram massacrados por diversas formas de tortura, os senhores só não matavam, pois precisava do seu trabalho. A punição serviria de exemplo para os outros escravos.

Outra forma de resistência foi forjar doenças, escravos utilizavam raízes para chá para provocar inchaço, quando fosse questionado, falava que tinha se machucado no trabalho. Houveram ataques ao feitor e até mesmo aos senhores, os escravizados cometiam esses assassinatos com instrumentos de seu trabalho diário, como por exemplo: faca, facão, podão, foice, machado, envenenamento, entre outros.

Building the way

Geralmente esse tipo de violência acontecia durante a luz do dia, quando estavam todos trabalhando.

1.1 O suicídio

O suicídio foi uma das formas mais radicais de resistência à escravidão e era considerado uma afronta pelos senhores: “Apanhados nos mocambos do mato, para onde fugiam, poderá ser que se matem a si mesmos, antes que o senhor cheque a açoitá-los” ou que “algum de seu parente tome à sua conta a vingança, ou com feitiço, ou com veneno”. Muitos escravos fugiam para o mato, se matavam de diversas formas.

De acordo com Mário Maestri (1994), os cativos eram punidos durante até mesmo os trabalhos, com chicotada para “acordarem”. Além de toda a violência que sofriam no seu dia a dia. Com tantas humilhações, os escravizados que não vislumbravam uma solução para sua condição recorriam à uma forma de resistência extrema:

Os cativos se suicidavam mais que os homens livres. A causa imediata de um suicídio era, com frequência, um atentado falido, o medo de ser castigado, uma venda iminente, o não-cumprimento de uma alforria prometida, etc. Os cativos se matavam, deprimidos pelas péssimas condições de vida. (MAESTRI, 1994, p.90)

O medo sempre esteve presente na vida do escravizados, é ele que leva aos suicídios, muitos métodos são utilizados para romper com a vida, podemos destacar: asfixia, engolindo a língua, enforcamento, etc. Katia Mattoso (1990) também ressalta os motivos dos suicídios:

Suicidando-se, porém, demonstra não ver saída ao desespero. E os suicídios são mais frequentes nas cidades, do que no campo, embora o escravo urbano goze de maior autonomia se comparado a seu irmão das fazendas. Os relatórios policiais, em sua secura cruel, fornecem algumas das razões que podem levar o escravo ao suicídio: impossibilidade de queixar-se à justiça de mal tratos recebidos, incapacidade de pagar ao senhor a soma de estipulada no contrato de escravos “de ganho”, acusações falsas, medo de ser vendido para longe, insucesso numa tentativa de fuga, roubo descoberto, etc. (MATTOSO, 1990, p.155)

Building the way

A citação ressalta que as péssimas condições de vida do escravo justificavam o ato extremo. Essa forma de resistência deixava o senhor sem aquela mão de obra além de comover os outros escravos, os incentivando a resistirem à sua condição. Quando na tentativa de suicídio, o escravo não morria, mas ficava com sequelas, eles prejudicavam também o senhor pois passariam a ter melhor valor no mercado:

117

Os jornais do Império noticiavam os suicídios de cativos. Em fevereiro de 1862, na cidade de Rio Grande, no sul do Brasil, o jornal *Echo do Sul* relatava que uma escrava se lançara ao poço da residência senhorial. Ela fora comprada, havia quinze dias, doente. Seu ex-senhor a “obrigara com ameaças de sovas [...] a declarar no leilão que não era doente”. (MAESTRI, 1994, p.90)

Os escravos suicidavam mais do que os homens livres pelos dados documentais, mas essas amostras não são exatas. Havia também os casos que eram registrados como suicídio, mas que na verdade se tratavam de mortes por maus tratos:

Os escravos suicidavam-se em muito maior número do que os homens livres: em 1865, por exemplo, de cada 5 casos registrados em Sergipe, 4 são escravos; no Rio, em 1866: 16 em 23; na Bahia, em 1848, 28 em 33, dos quais dois crioulos. Pode acontecer ainda que esses dados sejam bastante inexatos: a morte violenta infligida a um escravo pelo senhor irritado pode ter sido camuflada de suicídios, e certos suicídios de homens e mulheres livres podem ter sido declarados morte natural a fim de assegurar ao defunto o enterro na igreja. (MATTOSO, 1990, p.155)

Mott (1988) também destaca que essas mortes consideradas suicídios não eram investigadas como deveriam pelas autoridades locais, muitas eram concluídas como suicídio para descartar qualquer tipo de envolvimento do seu senhor. Quando se tratava realmente de suicídio o principal motivo da morte era o desgosto pela vida onde se enquadravam. Motivos que levavam a cometer a tal atrocidades não lhes faltavam, e quando decidiam morrer usavam todos os métodos para colocar fim na vida: envenenamento, afogamento, asfixia, estrangulamento etc. “Pulquéria, escrava de dona Leocádia, foi presa no paiol de onde tentou fugir, não conseguindo, e temendo ser castigada, cortou a própria garganta com uma faca, isto ocorreu em São Mateus no Espírito do Santo, em 1885 [...]”:

Building the way

Entre o jogo de cintura – a esperteza - a situação extrema de resistência- o suicídio- escravos e escravas desenvolveram várias formas de se opor ao poder senhorial. Razões para a fuga não faltavam- excesso de trabalho, falta de comida, saudade dos entes queridos, medos dos castigos, esperanças de fazer passar-se por livre, etc. (MOTT, 1988, p.31)

118

Portanto, muitos dos escravos tinham suas mortes por meio natural através dos abusos cometidos por seus senhores e do ambiente em que viviam, que prejudicava sua saúde. Muitos escravos desejavam sua própria morte, não suportando mais os maus tratos infringidos a eles.

De acordo com Pinsky (2009), o suicídio foi uma forma recorrente de resistência, “Em 1848, dos 33 suicídios ocorridos na Bahia, 27 foram de escravos, dos quais 26 africanos”. As maneiras de matar eram diversas: asfixia, enforcamento, arma branca, arma de fogo, veneno. “O preto fugido Antônio, escravo de José Maximiano de Carvalho, por ocasião de ser capturado, cravou em si, no ventre, uma faca, o que lhe produziu instantaneamente a morte” (2009, p.91). Muitos deles morriam de banzo no qual significava saudade de seus entes queridos, de sua pátria distante, a vontade de se libertar daquela situação. O suicídio era um ato de alívio de seu sofrimento e de rebeldia contra os seus senhores.

1.2 Os assassinatos

De acordo com Mott (1988), uma das formas extremas de resistência à escravidão eram os assassinatos cometidos por escravos. Os meios para tais assassinatos eram diversos, o uso de instrumentos de trabalho, faca, mão de pilão, golpes de machados, e envenenamentos.

Laura de Mello e Souza no livro “O diabo e a terra de santa cruz”, de acordo com Mott, exemplifica “Faustina, escrava do tenente Gregório Paes Falcão, fora por ele ameaçada de castigo; uniu-se a seus filhos e irmão e, juntos, assassinaram o senhor a facadas enquanto descansava na rede” fato ocorrido em 1881 no Pará, outro exemplo que pode-se citar, relatado por João Domas Filho, é o caso das enforcadas de Sabará:

Building the way

Em 1856, naquela cidade mineira, as escravas Peregrina, Jesuína, Luzia e Tecla assassinaram, com golpes de machado e mão de pilão, sua senhora dona Maria do Carmo Pinto Teixeira, esposa de um brigadeiro, homem de prestígio da sociedade local. A vítima não era tida como das mais benevolentes no trato das escravas. (MOTT, 1988, p.34)

Na citação acima o crime foi em conjunto, todas participaram do assassinato, menos o crime cometido por Quitéria, “Rosa e Peregrina foram apontadas como autoras do crime e condenadas à morte; Balbina, Tecla, Jesuína, Quitéria e Luiza receberam 600 açoites cada”. De fato, aquela punição teria que ser realizada por etapas, era proibido o escravo receber mais de 50 açoites por dia, os mesmos foram repartidos diariamente até completar a contagem. Peregrina foi a primeira a ser executada. Rosa foi morta em seguida, tentou fingir de morta, porém foi dada como viva pelo cirurgião-mor e morta de fato. Ambos os corpos foram entregues à Irmandade da Misericórdia. Posteriormente, conclui-se que Rosa foi enforcada injustamente, a mesma não estava presente na cena do crime, afirmam então “que ela passou a operar milagres entre os escravos: achavam objetos perdidos, aliviava doenças, aflições, calúnias e morte”.

De acordo com Maestri (1994), os atentados contra o senhor e sua família e seus capatazes eram frequentes, geralmente esse tipo de violência acontecia durante o próprio trabalho. “Acostumados a tratar os cativos como animais, proprietários e capatazes batiam nos negros, mesmo quando eles trabalhavam com machados, facas ou perigosas ferramentas”.

O medo da morte e da tortura não impedia os atos de sangue, que eram relativamente frequentes. Nas charqueadas de Pelotas, onde os cativos trabalhavam com facas afiadas, no último meio século de escravidão, registraram-se, no mínimo, uns oitenta assassinatos de senhores e feitores. (MAESTRI, 1994, p.91)

Evidentemente que essas não eram somente as formas que os escravos usavam para irem contra a vida de seus senhores, “Eram comuns histórias de negros e negras que teriam envenenado, ou quase, seus senhores”. Os que eram considerados responsáveis por matar seus senhores eram geralmente enforcados. Com os relatos do que estava acontecendo, os proprietários tiveram uma certa cautela, contratavam guarda-costas para sua segurança, os mais ricos, por exemplo, nem se

Building the way

aproximavam dos cativos assenzalados, o ódio dos cativos se voltou então apenas para o seu feitor, que estava mais próximo deles.

De acordo com Mattoso (1990), quando o escravo atinge o ápice da sua revolta, toma atitudes graves, ele apanha seus instrumentos de trabalho como por exemplo: pá, enxada, picareta, facão, e acaba matando o seu senhor, que vivem a castigá-lo ou maltratam sua mãe e amigos, é “a violência do olho por olho, dente por dente”:

O escravo que assassina é sempre condenado a morte, e isto até 1876, quando a pena de morte foi totalmente abolida no Brasil. A historiografia brasileira, como as complicações de leis, acentua o problema: os senhores jamais se sentem em segurança e, quando se julgam ao abrigo de violências individuais ou coletivas, mesmo assim tremem de medo do veneno que pode ser administrado em pequenas doses e alguns dos quais, bem conhecidos, provocam uma astenia fatal. Quando o senhor descobre que um escravo é “feiticeiro” ou “médico”, conhece as ervas ou a magia, com frequência apressa-se em vendê-los tal é o seu temor ao envenenamento gradual. Sabe também que o escravo, cuja raiva contra os senhores brancos é crescente, tem sua maneira própria de agir: são os “maus olhados”, cujas força faz adoecer e mata com a mesma eficiência de uma flecha envenenada. O branco treme diante das forças misteriosas que os africanos comandam. É muito difícil saber se a criminalidade é mais difundida na população escrava ou na livre: os raros estudos que possuímos são pouco convincentes; mas parece que a taxa de criminalidade é menos elevada entre os escravos do que no resto da população, certamente devido á estreita vigilância e ao enquadramento severo que caracterizam o sistema escravista. (MATTOSO, 1990, p.156-157)

De acordo com Maria Helena P. T. Machado (1987), muitos dos escravizados, assassinavam seus senhores, e esses crimes eram diversos, o excesso de trabalhos e os castigos direcionados a eles, faziam com que os escravos se revoltassem contra esses senhores, muitos desses escravos eram julgados pela lei no qual punia qualquer tipo de violência contra seus donos. Quando eram de certa forma julgados, muitos eram punidos de forma violenta, resultando na sua própria morte. Mas os castigos e a lei não eram suficientes para intimidar esses escravos.

Machado (1987), trata em seu livro Crime e Escravidão sobre os processos criminais de escravos, principalmente nas regiões cafeeiras: “O artigo 60 do Código Criminal de 1830 impunha a pena de açoites e ferros como punição aos crimes praticados por escravos, à exceção dos mais graves” (1987, p.28), esses tipos de

Building the way

casos aconteciam bastante, os escravos podiam levar até 50 açoites por dia, e sua pena era dividida até completar os açoites determinados, já quando se trata de crimes de assassinato de seus senhores puniam muitas das vezes com pena de morte.

Machado exemplifica um caso de assassinato de um feitor:

Encontrando ainda uma estrutura bastante similar a essa, em 1874, na mesma comarca, o preto Luís, escravo de Francisco Xavier dos Santos, foi acusado de homicídio de Fidêncio de Tal, feitor no engenho do senhor desse escravo. Segundo os testemunhos do réu, o motivo da ocorrência teriam sido os castigos aplicados pelo feitor, os quais haviam produzido grande agitação na escravaria. Ao chegar à fazenda, o administrador teria encontrado os escravos bastantes rebeldes, prestes a fugir “e o feitor morto com quarenta e seis golpes de foice” (1987, p. 66).

De acordo com Machado:

Na análise dos processos criminais de escravos da região campineira e taubateana, entre 1830 e 1888, sobretudo daqueles ocorridos em grandes unidades produtivas, ressaltam os homicídios contra senhores, feitores ou capatazes, frutos das tensões derivadas da disciplina do trabalho *versus* resistência da mão-de-obra escrava. Nesse sentido, nos 1274 processos criminais relativos à vila de São Carlos e, posteriormente, cidade de Campinas, entre 1830 e 1888, destacam-se 144 nos quais o escravo aparece indiciado como réu, desse total, 98 processos referem-se crimes de sangue, lesões corporais e homicídios. No interior dessa última categoria, perfazem 42% aproximadamente os ataques à autoridade senhorial, espelhada na figura tanto do próprio senhor, quanto de seus prepostos, feitores e capatazes. (1987, p. 64-65):

Em 1838, as estatísticas oficiais apontam 22 negros executados depois de condenados no Brasil. Porém esse número pode ser maior pois nem sempre havia a preocupação com registros quando se trata de escravos, na maioria das vezes sua sentença era realizada sem ser questionada e executada sem nenhum impedimento:

As descrições dos crimes registrados – e são poucas, com certeza, já que havia preocupação em não documentá-los, dão-nos uma ideia de quão bárbaros podiam Lorena, que assassinou 15 escravos; outro que amarrou seu escravo no chão e o matou lentamente com suas botas e esporas (São Paulo, 1863); negros atirados às fornalhas dos engenhos e queimados vivos. (PINSKY, 2009, p.81)

Porém, os anos 80 do século XIX foram marcados por um decréscimo de criminalidade de escravos em relação aos seus senhores, até porque haviam

Building the way

começado os movimentos abolicionistas e alguns direitos começaram a chegar. Muitas das vezes os homicídios aconteciam em ataques coletivos, mesmo que não tramados de antemão, bastava que um dentre eles tomasse alguma iniciativa do ataque para que os outros o seguissem, isso aconteciam com mais frequência quando acontecia a troca de feitor, o novato procurava manter a ordem e hábitos já adquiridos anteriormente, vale ressaltar que a maioria dos assassinatos eram com os próprios instrumentos de trabalho: foice, enxadas, podão, facão, etc.

De acordo com Pinsky:

Um escravo foi julgado em meados do século XIX por ter assassinado seu senhor, no Rio de Janeiro. O teor do processo descreve o escravo como um “bom trabalhador” e seu senhor – um mercador de café ávido de lucros -, homem impiedoso que exigia trabalho excessivo dele. Mesmo assim, o destino do escravo parecia selado, tanto que, quando o juiz lhe perguntou, ao final da sessão, se tinha algo acrescentar em sua defesa, o negro sentenciou: “Em meio às galinhas, baratas nunca têm razão”. (2009, p.88)

As citações nos mostram que a reação, através do assassinato, por parte dos escravos foi uma constante no decorrer de todo o período escravista. Normalmente a imprensa não divulgava a motivação do crime, estava preocupada com a saúde e o bem-estar dos senhores, aos escravos os pensamentos das autoridades locais eram somente de puni-los. Vejamos mais um exemplo, o assassinato do vice-presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, o tenente coronel Fernando Lopes de Souza Freire, “o mais abastado cidadão desta localidade”, ocorrido no dia 28 de abril de 1875:

Estava o tenente coronel sentado á porta do seu palacete, na rua Flores, conversando com seu hóspede, comendador Luiz Vergueiro, quando, ao passar alguns amigos, levantaram-se e ficaram a palestrar com eles, o Tte. Cel. Fernando Lopes ficou um minuto só, de costas para a rua. Ouviu-se o estrondo de um bacamarte, lançando por terra a vítima que, morrendo, pronunciava as seguintes palavras: “eu morro... eu morro... minha mulher... meus filhos... foi meu escravo Generoso”. Houve pânico, cuidando-se mais de socorrer a vítima do que em prender o criminoso. Mesmo assim, apesar de sair às carreiras, foi ele perseguido por dois escravos do falecido e por dois rapazes que, á meia-lua do lampião do Hotel das Flores, reconheceu ser mesmo o escravo Generoso, que enveredou pela travessa do Bom Jesus. Vendo que não cessava a perseguição, parou, abriu o poncho e se voltou para os perseguidores que, temerosos, também pararam. Então, Generoso pôs-se a correr e a gritar pela travessa referida: “pega! pega!”. Sumiu por um dos becos da rua Hospital que levam ao brejo

Building the way

do Supiriri. Sumiu e nunca mais foi preso. Esse escravo estava foragido há quinze meses. Era de confiança da vítima. Fora visto, na antevéspera do crime, pelo capataz de tropas, do com. Luiz Vergueiro, no lugar chamado Cruz-de-Ferro. Estava armado de bacamarte e faca. Avisado o tenente-coronel, este comunicou-se com a polícia que soube estar Generoso em casa de uma tal de Bárbara, em Terra Vermelha. De posse de mandado de prisão foram á casa de Bárbara. Já lá não se encontrava o escravo. Vingou-se ele do senhor, no dia 28, ao cair da noite, aproximando-se, calmamente, do palacete, pelo lado da Rua Direita e desfechando-lhe o tiro mortal. (A Perseverança III e Sorocaba, de José Aleixo Irmão, p. 140-1.) (PINSKY, 2009, p.88 – 89)

De acordo com Pinsky (2009), a ação de assassinar o senhor muitas das vezes não é planejada, mas fruto de revolta por alguma ação que lhe foi infligida naquele momento “Segundo o réu, estava trabalhando na prensa quando se quebrou um prego. Por isso foi espancado pelo seu senhor, pelo que, revoltado, esfaqueou-o quatorze vezes” (2009, p.89-90). O autor dar outro exemplo “Benedito de 18 anos, crioulo, trabalhador da roça, em abril de 1849, quando viu o senhor açoitar-lhe a mãe, avançou para ele com um pau e esbordoou-lhe até mata-lo”. As notícias de assassinatos de senhores e seus familiares eram difundidas em toda a sociedade e o medo se instaurou. Pinsky dá um outro exemplo:

Em 14 de agosto do referido ano (1881) ... foi barbaramente assassinada por um seu escravo de nome Simão, a esposa de Apolinário Jacinto da Silva. O assassino armado de uma mão-de-pilão e uma facção penetrou de improviso na sala em que sua senhora estava e descarregou uma mortífera bordoada a cabeça e em seguida uma facada no ventre... (2009, p.90)

De fato, os escravizados resistiam de várias formas, não foram apenas obedientes a escravidão e aos mandos de seus senhores, o assassinato foi um deles, para mostrar a raiva e a indignação diante de sua condição. Pinsky (2009) ressalta que “O próprio do ser humano é a liberdade, e não a escravidão; de todo e qualquer ser humano, qualquer que seja sua cor, idade, religião, sexo, classe social ou convicção política” (2009, p.83).

1.3 A fuga

De acordo com a autora Katia Mattoso, além do suicídio, a fuga era uma das formas mais extremas de resistência:

Building the way

Juntamente com o suicídio e o assassinato, a fuga é, na verdade, a expressão violenta da revolta interior do escravo inadaptado. O escravo “em fuga” não escapa somente de seu senhor ou da labuta, elide os problemas de sua cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade. (1990, p.153)

124

A citação acima nos remete com clareza ao objetivo da fuga, normalmente o escravo que foge teme ser capturado e ser cruelmente castigado. Na fuga individual quando um escravo é amparado por algum proprietário, permanece com essa família na esperança que a situação ali seja diferente daquela que ele já viveu:

Os escravos recapturados recusam-se frequentemente o nome de seus senhores. Mofam numa cela e, além disso, certos proprietários não procuram recuperá-los, pois as despesas com a captura e o pagamento da manutenção do escravo são menos vantajosos do que simplesmente esquecer aquele “cabeça quente” fugitivo. Em 1876, a prisão do Aljube, na Bahia, guardava 403 fugitivos que não tinham sido reclamados. Em todo o Brasil, as prisões andavam repletas de escravos fugidos abandonados. (MATTOSO, 1990, p.155)

Nota-se que a fuga era uma boa oportunidade para os escravos já que muitos dos seus senhores não viam vantagem em buscar capturar um escravo rebelde. Porém, a realidade que os esperava fora das fazendas podia ser tão cruel quanto o que vivam, muitos morreram na prisão e outros morreram em fuga, desidratados e desnutridos por não poderem se refugiar em um lugar seguro.

Percebe-se que os escravos teriam que se valer de grande coragem para a fuga, pois já sabiam o que lhes esperavam e os castigos que sofreriam caso fossem recuperados. Alípio Goulart, de acordo com Mott, relata um caso de uma escrava que foi perseguida e recapturada e entre outras violências “voltando para casa, teve como castigo os cabelos cortados” e após ser vítima de violência “inconformada pôs fim a própria vida” (1988, p.32). Os escravos quando eram recapturados passavam por inúmeras humilhações e maus tratos, o “F” de fujão era marcado por ferro quente, pedaço da orelha cortada, argolas no pescoço, chibatadas públicas para servir de exemplos, “afim de que nenhum outro escravo se metesse na mesma empreitada”. Apesar de tudo, a fuga de escravos era constante e perdurou durante toda a escravidão.

Building the way

De acordo com Emília Viotti (1998), de todos os mecanismos de resistência, o mais frequente foi a fuga, muitos dos escravos fugiam pelas matas, nem sempre o escravo fugitivo conseguiria ir muito longe, pois eram denunciados. Quando era capturado era castigado para servir de exemplo aos demais, era amarrado ao tronco e açoitado e todos os tipos de tortura eram usadas no intuito de intimidar para que esse fato não se repetisse. Com o surgimento do movimento abolicionista as denúncias contra os excessos cometidos pelos senhores aos escravos eram alarmantes:

[...] O escravo, perante a lei, não é um homem, é considerado um bruto feroz, sem direitos, sem regalias, e indigno de qualquer sentimento humanitário. Não se se tomam em conta as torturas, as sevícias, as privações que levam o mísero escravo ao desespero, á alucinação. Toma-se o fato brutal sem atenção a circunstância alguma e impõem-se a pena capital. Os juízes na infernal lei são possuidores de escravos e, por conseguinte, juízes suspeitos e imprestáveis. (COSTA, 1998, p.352)

Segundo Mott (1988) a fuga acontecia individual ou até mesmo em grupos, sem contar que havia muita cumplicidade dos escravos fugitivos e os que permaneciam na casa senhorial, porque muitos dos que fugiam, até procurar um lugar seguro, ficavam nas imediações da fazenda. As fugas não tinham destino final, mas às vezes terminavam nos quilombos. Assim como o suicídio, a fuga foi uma forma de contrariar seus donos, pois haveria uma mudança na casa senhorial, a rotina e reorganização ao trabalho, pois cada escravo tinha funções a cumprir. Além disso, os seus proprietários iam aos jornais e passavam todas as informações do fugitivo na esperança de ser encontrado, o mesmo recompensava quem o encontrasse, o capitão-do-mato ficava responsável por desenvolver essa função.

De acordo Maestri (1994), a fuga era a maneira mais simples, de certa forma segura e rápida, do negro obter sua liberdade, com isso os prejuízos seriam diversos, os senhores teriam que contratar vigias para as senzalas, o trabalho não ficava tão eficaz pois a falta do escravo fujão trazia diversos prejuízos e mesmo capturado o senhor jamais recuperava o trabalho não realizado, “A fuga era considerada um grave vício” (1994, p.91-92). Os capitães-do-mato pediam até licença para ir em busca dos fujões, eles recebiam conforme o lugar onde estavam os cativos foragidos, quanto maior a distância, maior seria beneficiado. No século XIX, nas

Building the way

grandes cidades, os senhores anunciavam as características dos cativos fugitivos.

Publicavam-se frequentemente anúncios como o seguinte:

No dia 25 de setembro do corrente ano fugiu do sítio Bom Retiro do Bolrador um preto de nação Angola, chamado José Cabeça, terá pouco mais de 20 anos de idade, baixo, beijos vermelhos, tinha a mão direita ligada por estar ferida, e levou vestido camisa de algodão, calças de brim grosso, e na cabeça uma carapuça, conforme usam os marinheiros: como é muito esperto, talvez se inculpe por liberto; por tanto roga-se as pessoas a quem esse escravo se for apresentar, e principalmente aos senhores capitães de embarcações, que o façam prender e recolher ao calabouço: e qualquer pessoa que o levar ao dito sítio, ou dele der notícias, na rua dos Barbonior n. 22, receberá boa gratificação. Jornal do Comércio, 1 de outubro de 1833. (MAESTRI, 1994, p.93)

Entretanto, não eram somente os capitães-do-mato que ficavam de olho nesses cativos fugitivos, com todas essas informações não seria difícil o reconhecimento do mesmo, a população portava esses anúncios no bolso na esperança de reconhecer o fujão, tornando assim a vida deles um inferno para se refugiar nas cidades:

Nas grandes cidades, cativos tentavam passar por negros livres. Se viviam perto da fronteira, refugiam-se nos países limítrofes, onde, em geral, eram considerados livres. Fujões viviam e trabalhavam para proprietários, com pouco escrúpulos, que os acolhiam. Cativos fugiam para viver, sozinhos ou em grupos, em lugares apartados, nas serras, florestas, ilhas, etc. (MAESTRI, 1994, p.93)

Maestri afirma que “os cativos fugiam dos engenhos, plantações, fazendas, minas, charqueadas e fundavam quilombolas em locais afastados” (1994, p.94). A temática sobre quilombos trataremos no último capítulo desse trabalho. Nota-se que a fuga trazia uma certa paz e liberdade para esses cativos, apesar de correr o risco de ser capturado, nada seria mais cruel do que viver aquela situação para sempre, o mesmo sabia do grande risco e das consequências que iria enfrentar se fosse de fato recuperado, quando não morriam, eram violentamente punidos por esse ato de rebeldia. A vida dos escravos nunca foi fácil, mas eles reagiram, mesmo sabendo das terríveis consequências.

De acordo com Costa (1998), esperava-se dos escravizados, humildade, obediência e fidelidade, já os seus senhores sempre queriam mais de seus escravos,

Building the way

a instituição escravista propiciava os excessos, os crimes, a espoliação de um grupo pelo outro. A idealização da escravidão, a ideia romântica da suavidade da escravidão no Brasil, o retrato do escravo fiel e do senhor benevolente e amigo do escravo que acabaram por prevalecer na literatura e na história foram alguns dos mitos forjados pela sociedade escravista na defesa do sistema que não julgava possível prescindir. (COSTA, 1998, p.335)

127

Nota-se que a situação do escravo não era de acordo com o retrato construído sobre a escravidão durante sua vigência no Brasil, muitos tinham pavor de seus senhores, evitavam até mesmo de olhar em sua direção, os capitães-do-mato tinham funções já estabelecidas de ficar vigiando esses escravos por qualquer pequena falha no serviço ou uma pausa para descanso. A amizade de escravo e o senhor nunca se consolidou porque até mesmo o escravo não era considerado como gente, eram vistos como animais. Os negros na fazenda eram tratados com castigos mais severos que os da cidade, porém todos eram brutalmente mau tratados. De fato a escravidão corrompeu a noção de dever e direito a ser seguido por qualquer cidadão, sem contar nas graves consequências que a mesma trouxe para a vida desse povo, que mesmo posteriormente à abolição continuaram, e continuam, enfrentando as consequências do racismo.

1.4 Outras formas de resistência

Segundo Mott “outra maneira de mangar” (1988, p.30) o serviço era simular doença: algumas escravas tomavam chá de raiz de café que provocava inchaço no corpo todo, o que fazia que fossem dispensadas do serviço até que o inchaço desaparecesse”. Essas práticas revoltava o senhor, e muitos escravos que faziam esse tipo de ato para se livrar da vida dura de trabalho excessivo. Fingiam doenças por não aguentarem sua rotina exaustiva e com uma precária alimentação. Normalmente um escravo apresentava uma idade bem mais avançada daquela que eles possuíam, morriam cedo por causa do modo de vida que lhes eram impostos.

Quando se trata de envenenamento, foi mais praticado pelas escravas, por ser ama-de-leite ou responsável pelo trabalho doméstico, acabam por saber onde se encontra tudo dentro da casa senhorial e terem acesso aos alimentos. Quando os senhores desconfiam que pode ter sido ato cometido por sua escrava, a mesma é punida de forma cruel, é por fim condenada à morte.

Building the way

Haviam, também, os casos de escravas que resistiam a serem amas-de-leite, já que eram afastadas de seus filhos para alimentar os filhos dos senhores:

A literatura médica do século XIX recomendava que as mães de família amamentassem elas próprias seus filhos e não os dessem para serem amamentados pelas escravas pois estas, tendo sido obrigadas a se separarem de seus filhos verdadeiros, acabavam por “se vingar”, ingerindo alimentos prejudiciais ao leite ou colocando pimenta no bico do seio, causando malefícios à saúde das crianças. (MOTT, 1988, p.30)

Na citação acima observamos uma outra forma de resistência, sabendo que seu filho legítimo foi tirado de seus braços com violência, muitas amas-de-leite resistiam. Apesar de vários castigos serem aplicados, muitos continuavam a recorrer a práticas de resistência. Alguns senhores recorreram à venda ou alforria desses escravos. Katia Mattoso, de acordo com Mott (1988), “refere-se ao desespero do vigário de Jacuípe que, em 1762, deu a carta de alforria a sua escrava Josefa Antonia, contando que ela saísse de casa e nunca mais aparecesse, nem pusesse os pés na sua porta, pois tinha mau caráter e tratava mal as pessoas”. (1988, p.30),

Roger Bastide, de acordo com Mott (1988), ressalta outra forma de resistência, as escravas que cometiam o aborto dentre outras razões, mediante afirmativa de seus filhos não nascerem como escravos.

De acordo com Machado (1987), os furtos eram frequentes, fumo em rolo, pinga, doces e dinheiro era o alvo principal dos escravizados, muita das vezes os donos das propriedades se davam conta das pequenas faltas, porque normalmente esses furtos eram de porte pequeno. Eles roubavam porque se viam injustiçados, o roubo compensava o trabalho árduo do cotidiano. Outro fator bastante importante é a resistências de escravos a vendas, muitos preferiam matar alguém do que ser vendido, “preferiam matar alguém e ir para a cadeia do que ser vendido em uma fazenda em Campinas...” (1987, p.116).

Segundo Herbert S. Klein (1987), a vida dos africanos escravizados era totalmente controlada por outros, era batizado e tinha que se adaptar a outro tipo de religião, no qual o nome dado no batismo não possuía nenhum significado pra eles, os mesmos não tinham nenhum tempo para a educação religiosa. Além disso, eram proibidos de praticarem a religião de sua terra materna.

Building the way

Todos os fatores que caracterizam a vida do escravo, são determinantes para seus atos de rebeldia e a religião cristã seria uma forma de controle. De acordo com Ronaldo Vainfas:

No interior das normas de controle social presentes nestes discursos já estão contidas algumas significações importantes da revolta de escravos. A revolta é *fruto do ócio*, assim como trabalho é garantia da autoridade senhoril. É também *resultado da fome e do frio*, e por isso convém sustentar o escravo. E a rebeldia é, ainda, uma *propensão do negro*, naturalmente “pecador” e “insolente”: cumpria assim, puni-lo e educa-lo na fé cristã a fim de torná-lo obediente ao senhor e fiel Deus. (VAINFAS, 1986, p.117)

Observa-se que a religião dos escravizados africanos não foi levada em consideração, assim como os seus hábitos foram desconsiderados. De acordo com Pinsky (2009), a religião seria como justificativa da escravidão, na medida em que tudo que acontecia com o escravo seria para seu próprio bem, era para salvação de sua alma pela fé cristã. O objetivo é que a religião trouxesse mansidão e conformismo da situação que se encontrava o mesmo, com isso os seus senhores iriam desestimular qualquer tipo de revolta ou reação contra a escravidão. Manter suas crenças da terra materna era, portanto, uma das formas de resistência à escravidão. As religiões de matriz africanas no Brasil são fruto dessa resistência. Para passar por cima das ordens do senhor que queria que o escravo adorasse apenas santos cristãos, altares eram criados com a presença de santos da Igreja Católica batizados com os nomes de seus orixás africanos. Assim, fortaleceu-se no Brasil religiões como o Candomblé.

De acordo com Laura de Mello e Souza (1986) na sociedade colonial era comum a ideia de que os escravos sabiam “práticas mágicas” e de “feitiçaria” e que toda essa prática tinha função dupla: ofensiva ou defensiva. A maioria das práticas que aconteciam eram formas de reagir aos maus tratos sofridos:

Em Recife, por volta de 1728, o escravo Luís é delatado por ter fama de feitiçeiro, “ter pacto com o demônio, por tirar vidas e fazer outras coisas”. Em Conceição do Mato Dentro, na época em que já declinava a produção aurífera, a negra Luzia Lopes tinha fama de feitiçeira, chegando a ser publicamente açoitada na capela do arraial por um missionário que lá se achava de passagem. Usava de pós, unguentos, ossos, caveiras, raízes, folhas, e com esse tipo de ingredientes matara uma escrava cabra por tentação do demônio. (SOUZA, 1986, p.195)

Building the way

Os senhores demonstravam medo das práticas chamadas por eles de feitiços e chegavam a punir bruta e escravos acusados da prática. A questão a ser considerada é que em nada conheciam as crenças e rituais trazidos da África através da diáspora, identificando-os apenas como feitiçaria, ou prática do mal, além de terem acusado escravos sem um mínimo de provas.

De acordo com Souza (1986), as denúncias de “feitiçaria” somente aumentavam no período. As mortes de alguns senhores foram relacionadas à ideia de que foram enfeitiçados por escravos. Acreditavam também que escravos podiam fazer bruxarias para matar os filhos dos senhores. Sem considerar que havia alta mortalidade infantil no período por diferentes doenças, acreditavam que todos os óbitos aconteciam provocados por bruxas, normalmente escravos que entendiam de “feitiçaria” e a utilizavam para descontar a raiva e o ódio de seus patrões:

Luzia fora acusada, entre muitos outros crimes, de matar dois filhos da senhora. Com os miolos de um deles, teria preparado de um mingau ou beberagem para administrar à patroa e lhe provocar doenças. Mas os infanticídios de Luzia da Silva Soares já remetem a outra faceta da questão: as tensões entre senhores e escravos. Não se tratava da morte uma criança qualquer, mas de crianças pertencentes à família senhorial. (SOUZA, 1986, p.204)

Muitos dos senhores agiam com violência extrema contra os que acreditavam serem praticantes de feitiçarias, justificando que com isso o feitiço seria desfeito.

De acordo com Souza (1986), desde de muito cedo os senhores temiam a ideia de que escravos tinham domínio de técnicas de feitiçaria. Alguns escravos eram afastados da Casa Grande porque corria boato de que era um feiticeiro. As práticas consideradas feitiçaria se tratavam de rituais espirituais trazidos da terra materna e que os escravos acreditam protegem-los “Manifestando um grau ainda incipiente de tensão ante os senhores, procuravam, através dos ‘feitiços’, resguardarem-se de maus-tratos” (SOUZA, 1986, p.206-209).

Alguns escravos se valiam dessas crenças entre os senhores para se afastarem do trabalho, como espetar o pé e dizer que o inchaço era feito dos feiticeiros, fazendo com que o senhor o deixasse repousar até o ferimento ser curado.

Outra forma de resistência à escravidão foram as revoltas de escravos. Pode-se destacar que as mais famosas revoltas aconteceram a Bahia entre em 1807

Building the way

e 1835. Mattoso (1990), ressalta que a “insurreição de 1807 pretendia reunir, às portas da cidade, os escravos dos engenhos do Recôncavo aos cativos da cidade” (1990, p.164). Tinha como plano atacar brancos e voltar para a África, porém foram descobertos e condenados à morte. Muitas dos escravos das insurreições, por falta de organização e sigilos, eram descobertos e punidos. Quando aconteciam essas revoltas, “testemunhas do acontecimento declaravam que o grito de guerra dos escravos era “Liberdade!

De acordo com Mattoso:

A onda de rebeliões prossegue, apesar de tudo, tanto na cidade quanto nos engenhos do Recôncavo baiano. Entre 1816 e 1835 contam-se cinco insurreições de importância. Em 1830, por exemplo, 20 escravos “de ganho”, armados, atacam o depósito de escravos do comerciante Wenceslau Miguel de Almeida e libertam 100 cativos, recentemente desembarcados, antes de serem detidos pela polícia. Mas a insurreição de 25 de janeiro de 1835, a última e mais séria de todas, a mais bem organizada, provoca verdadeiro pânico na população branca da cidade. Pois quase foi vitoriosa: no domingo 25 de janeiro celebra-se a festa tão popular de Nossa Senhora da Guia, na igreja do Bonfim. A hora prevista para o levante era aquela em que os escravos saem de casas para buscar água nas fontes públicas. O plano, simples e inteligente, previa a atenção da polícia provocando incêndios que obrigassem as tropas sair de suas casernas. Os insurretos, aproveitando-se da confusão, desarmariam os soldados e fariam junção com os escravos do Recôncavo. Este movimento tinha maiores possibilidades de êxito do que as revoltas anteriores, começadas em geral fora da cidade e rapidamente debelada pela tropa. Uma vez mais o belo plano foi, porém, denunciado e a revolta abortada, malgrado um início promissor, quando pequeno grupo de escravos conseguiu intimidar durante algumas horas os guardas do palácio do presidente da província e resistir a todo um batalhão de infantaria. (1990. p.164)

As revoltas eram frequentes e quando eram organizadas causavam temor dos moradores. Insurreição e revoltas eram mais uma das resistências desenvolvidas pelos escravizados.

Todos lutavam por um único objetivo “liberdade”, porém o ato de rebeldia foi denunciado por um escravo servo de um senhor, sendo então desarticulado. O líder do movimento é descoberto e passa por represálias e condenado há vinte anos de prisão. A intenção dessa revolta era transformar o sertão em arraigados quilombolas e de uma vez por todas destruírem seus senhores de escravos. A ligação de escravos

Building the way

com os quilombolas eram base essencial de todas as revoltas e característica visível de todos os movimentos.

De acordo com Mott:

Vou me deter apenas na Bahia onde, entre 1807 e 1835, elas pipocaram feito sarampo: formam mais de duas dezenas de revoltas e conspirações, com a participação de escravos e ex-escravos, homens e mulheres. Em 1807, os africanos haussás pretendiam reunir os escravos dos engenhos e da cidade de Salvador, atacar os brancos, envenenar as fontes e tomar os navios para voltar a África; em 1814, os escravos de uma armação pesqueira, em Itapuã, mataram o administrador e sua família, colocaram fogo no local e marcharam para o Recôncavo. A rebelião era chefiada pelo escravo Francisco que tinha como companheira Francisca, liberta. Para combater os revoltosos, que somavam mais de 200, foram enviadas tropas do governo. Como resultado, 52 mortos e várias pessoas presas, entre elas seis mulheres: Francisca, Ludovina, Felicidade, Tereza, Germana e Ana. As cinco últimas foram condenadas a receber chibatadas. Francisca foi açoitada pelas ruas da cidade e depois degredada, com mais 22 companheiros, para Angola. Entre os presos, quatro foram condenados à morte e enforcados; enquanto os outros, devido aos maus tratos, morreram na cadeia. (1988, p.49)

A citação acima relata as diversas atrocidades que aconteciam com os escravos presos pela prática de rebeliões sendo elas individuais ou coletivas. Com o crescente número de revoltas, medidas começaram a ser tomadas pelas autoridades.

De acordo com Costa:

Apesar de todos os boatos de insurreição de escravos que faziam estremecer a sociedade agrária de tempos, não foram muitos os movimentos de grande vulto que chegaram a concretizar-se de uma forma organizada, nessas regiões. Se projetos haviam de levante geral, o certo é que não tinham condições para se efetivar mais amplamente. A insurreição era punida com penas excepcionais pelo Código Criminal. Aos poucos escravos não eram permitidas a posse de armas e procurava-se cercear de todas as maneiras sua aquisição. A comunicação entre eles não era fácil, em vista dos empecilhos antepostos à sua circulação. Tornava-se, assim, impossível a trama de uma revolta de grandes proporções. Por outro lado, não faltavam denúncias capazes de frustrar os projetos nascentes. Na convivência na casa grande, a intimidade que se desenvolvia, às vezes, dava margens a rasgos de fidelidade de escravo que, prontamente, denunciavam quaisquer planos subversivos. Mal vistos entre os companheiros, eram fartamente recompensados pela classe senhorial. Em sessão de 9 de maio de 1854, a Assembleia Legislativa de São Paulo resolvia que o governo da província mandaria pagar ao escravo que denunciara o plano de insurreição em Taubaté a quantia de dois

Building the way

contos, o que equivalia nessa época, ao preço da sua alforria. (1988, p.357-358)

133

Uma das principais formas de desarticular as revoltas eram essas serem denunciadas por escravos que ficavam sabendo dos planos. Ter a confiança do senhor representava um passo para a tão sonhada alforria. Costa afirma que “Nas zonas cafeeiras, a revolta contra a escravidão exteriorizava-se mais frequentemente nos crimes, nas fugas e nos pequenos quilombos” (1988, p.358). Ressalta ainda uma das insurreições mais famosas aconteceram no Nordeste e tiveram na sua origem um estímulo religioso. “Foram principalmente os negros islamizados que provocaram as maiores agitações nas Alagoas ou na Bahia, onde ficaram famosas as revoltas de malês, em 1815 e 1835”:

É difícil dizer quais as insurreições de cunho religioso ocorridas nas regiões cafeeiras. Quando muito, pode-se supor que foram raras. Sabe-se de uma, no município de Vassoura, onde cerca de trezentos cativos, na maioria haussás, se sublevaram sob a chefia do preto Manoel Congo, tendo sido violentamente reprimidos pelas trocas legais. O chefe foi condenado à força e os demais líderes, a 650 açoites, além de uso de gargalheira com haste pelo prazo de três anos. Verificou-se, nessa ocasião, a existência de uma organização secreta de escravos, dividida em círculos de diversas categorias e fortemente hierarquizada. À vista disso, houve quem pretendesse atribuir-lhe caráter religioso. (COSTA, 1988, p.359)

As insurreições de longas proporções foram poucas, já que muitas eram denunciadas antes de acontecerem. De acordo com Maestri “O Código Criminal punia como crime de insurreição a conspiração de vinte ou mais cativos para alcançar, pela violência, a liberdade” (1994, p.95).

Entre as formas de resistência à escravidão que mais resultados ofereceram para os escravizados está o quilombo. Fruto das fugas, ele se tornou a imagem da luta contra o sistema escravocrata.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. *O negro no Brasil: trajetória e lutas em dez aulas de história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Building the way

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. 4ª ed. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1998.

KLEIN, Herbert S. Escravidão Africana: América Latina e Caribe. Trad. José Eduardo de Mendonça. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Crime e escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

MAESTRI, Mário. O escravismo no Brasil. Atual, São Paulo, 1994.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Ser escravo no Brasil. 3ª ed. Trad. James Amado. Editora Brasiliense, São Paulo, 1990.

MOLT, Maria Lucia de Barros. A mulher na luta contra a escravidão. Contexto, São Paulo, 1988.

PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. 20ª ed., 2ª reimpressão. Contexto, São Paulo, 2009.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania*. In: ABRAMOWICZ, Anete & SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). *Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. Campinas, S.P, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. Companhia das Letras, São Paulo, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. Ideologia & Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Editora Vozes, Petrópolis, 1986.